

BOLETIM **DIIESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS DE CONJUNTURA

Número 18 - Maio de 2019

Nada indica que haverá melhora na situação atual do país. A economia anda de lado, o desemprego permanece estacionado nas alturas, não há nada de promissor no cenário internacional e no campo político, existem conflitos em quase todas as áreas.



Designed by D3Images / Freepik

A ECONOMIA BRASILEIRA EM MARCHA LENTA

As incertezas na economia, na política e nas instituições da República cresceram desde o final do ano passado. Poucos meses após o novo governo assumir, conflitos entre diferentes alas governistas, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário se sucedem e geram instabilidade no cenário político e econômico. As manifestações de 15 de maio, contra os cortes nas verbas da educação, fizeram subir ainda mais a temperatura e a insegurança.

O governo já deixou claro que deve intensificar os ataques aos direitos dos trabalhadores. Além da nova ofensiva sobre a organização do movimento sindical (com a Medida Provisória 873/2019), apresentou proposta de Reforma da Previdência (PEC 06/19) que retira direitos, dificulta o acesso à aposentadoria, principalmente no caso das mulheres e dos professores, e condena à pobreza os futuros aposentados de baixa renda. Também acabou com a Política de Valorização do Salário Mínimo.

Enquanto isso, a economia brasileira caminha em marcha lenta. A divulgação recente de indicadores macroeconômicos mostra estagnação. O crescimento atual em torno de 1%, na média anualizada, comprova que a economia não tem força para acelerar e abrir postos de trabalho. Com isso, o desemprego e o desalento mantêm-se em níveis elevados.

As perspectivas de curto e longo prazo na economia e no mercado de trabalho são ruins e o cenário internacional também não contribui para a mudança de perspectiva.

Cenário internacional desafiador

Um dos desafios para o país atualmente é o quadro internacional adverso, em que as principais economias mundiais estão em desaceleração. Nos Estados Unidos, projeta-se

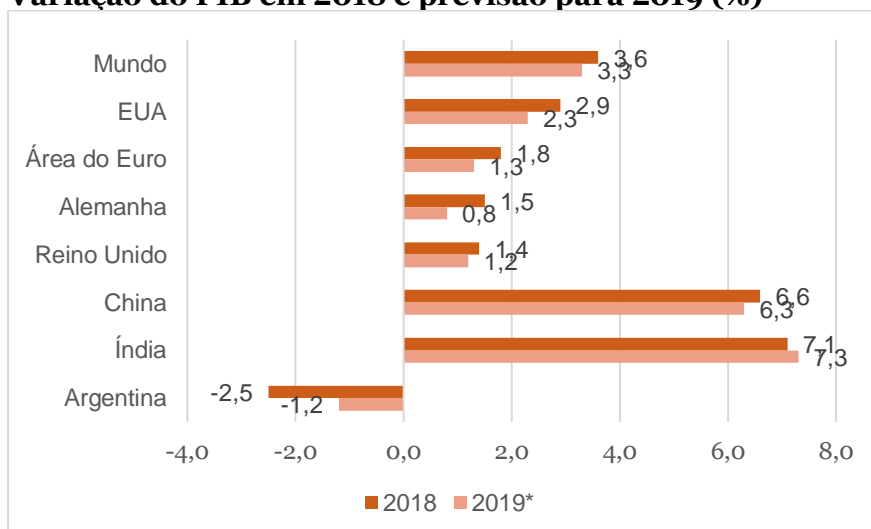
crescimento econômico de 2,3%, em 2019, contra 2,9%, em 2018; na área do euro, previsão de 1,3% contra 1,8% do ano passado, com destaque para Alemanha (meros 0,8% este ano). Além disso, a China também deve crescer menos (6,3%) e a Argentina provavelmente continuará em recessão (Gráfico 1). Esses dois países, junto com os EUA, são os principais destinos das exportações brasileiras (43% do total exportado no primeiro trimestre de 2019).

O movimento de desaceleração nessas economias tem potencial para impactar negativamente o Brasil em diversas frentes, principalmente com a redução do saldo comercial (menos exportações a esses países ou ainda aumento de importações por conta de guerra comercial) e das instabilidades cambiais.

A situação na Argentina merece atenção. Com a perspectiva de nova retração econômica (-1,2%) nesse ano e aumento da inflação (de quase 55% no acumulado dos 12 meses encerrados em março), a solução encontrada pelo governo Mauricio Macri no momento foi congelar as tarifas de serviços públicos e buscar entendimentos com o setor privado para conter o aumento de preços. Com a proximidade das eleições presidenciais de outubro, há chances de ampliação da volatilidade cambial, com possibilidade de impactos sobre outros países da América Latina, entre os quais, o Brasil.

Há claras indicações de que o cenário internacional não será favorável, mesmo com as medidas que o governo federal pretende implementar para atrair capitais externo, como a aceleração das privatizações e a manutenção da taxa de juros reais alta.

GRÁFICO 1
Variação do PIB em 2018 e previsão para 2019 (%)



Fonte: FMI. World Outlook Report, abril/2019

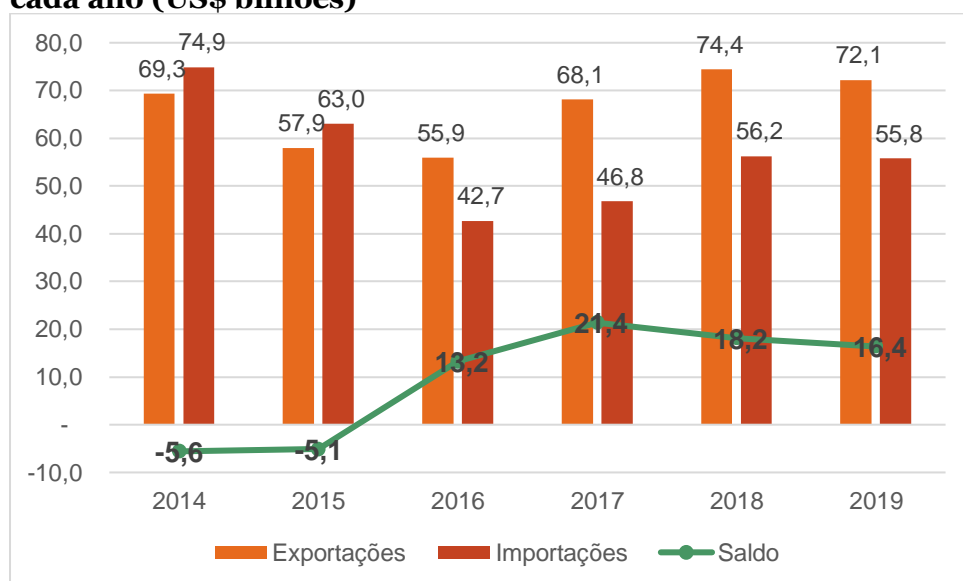
Obs.: Previsão

Política externa e balança comercial

O governo federal tem apenas cinco meses, mas uma de suas agências, a Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) já está na terceira presidência. É um dos principais centros de disputas entre as diferentes alas governistas. Enquanto isso, ocorre queda nas exportações e no saldo da balança comercial - os dados acumulados entre janeiro e abril de 2019 mostram redução de 3,0% nas exportações e de 9,8% no saldo da balança, na comparação com igual período do ano passado.

A Argentina e o Chile são os principais parceiros comerciais na região, com as exportações ao primeiro somando US\$ 14,9 bilhões e, ao segundo, US\$ 6,4 bilhões, em 2018. O grupo de produtos exportados para a Argentina é composto por bens manufaturados, que fazem parte de cadeias produtivas mais dinâmicas e com grande potencial de geração de empregos, como automóveis, tratores e componentes. Já para o Chile, o Brasil exporta basicamente óleos brutos de petróleo.

GRÁFICO 2
Importações, Exportações e Saldo da Balança Comercial brasileira, acumulado até abril de cada ano (US\$ bilhões)



Fonte: Ministério da Economia, Comércio Exterior e Serviços

Considerando apenas o período entre janeiro e abril, a balança comercial com a Argentina passou de um superávit de US\$ 2,7 bilhões, em 2018, para um déficit de US\$ 338 milhões este ano. Com o Chile, o saldo acumulado de janeiro a abril caiu de US\$ 915 milhões para US\$ 606 milhões entre 2018 e 2019.

Em visita recente a Europa, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, encontrou-se com representantes dos governos da Itália, Hungria e Polônia. Entre os três, só a Itália (12º lugar) é um importante parceiro comercial do Brasil. A Hungria está em 90º entre os

destinos das exportações brasileiras, com US\$ 115 milhões exportados em 2018, e a Polônia, em 42º, com US\$ 857 milhões. Ou seja, a política externa e a agenda de visitas internacionais do governo não parecem ter como objetivo a priorização dos principais parceiros comerciais e de investimentos do Brasil.

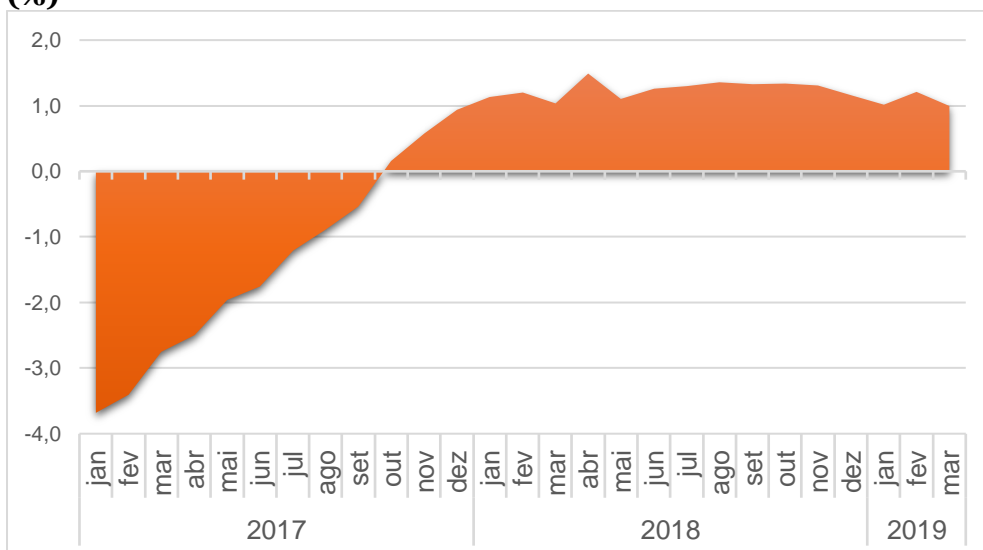
A economia brasileira em marcha lenta

Os principais indicadores macroeconômicos mostram que, desde o final de 2017, a economia brasileira anda de lado, sem acelerar de forma consistente ou se retrain. Naquele ano, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,1% e, em 2018, repetiu a dose. Para 2019, até o momento, as expectativas do mercado têm se reduzido. Se em meados de janeiro a expectativa de crescimento era de 2,53%, em abril, já estava em 1,71%. Em maio já caiu duas vezes: primeiro, para 1,45%, e depois para 1,24% (Focus Relatório de Mercado/BCB, disponível em <https://www.bcb.gov.br>).

Não há indícios de que teremos crescimento muito acima dos registrados nos dois últimos anos (Gráfico 3). Ao contrário, algumas previsões já sugerem que o PIB pode ficar até mais próximo de 0 do que de 1%.

Isso porque nenhum setor econômico conseguiu engatar recuperação sólida. Ainda que tenham apresentado resultados positivos no início de 2018, em cima de uma base muito baixa de comparação, houve desaceleração na produção industrial e das vendas do comércio. Os níveis desses indicadores estão praticamente estagnados desde então (Gráfico 4). A formação bruta de capital fixo, uma “proxy” do nível de investimento, encerrou 2018 em um patamar 27% abaixo do auge, verificado em 2013.

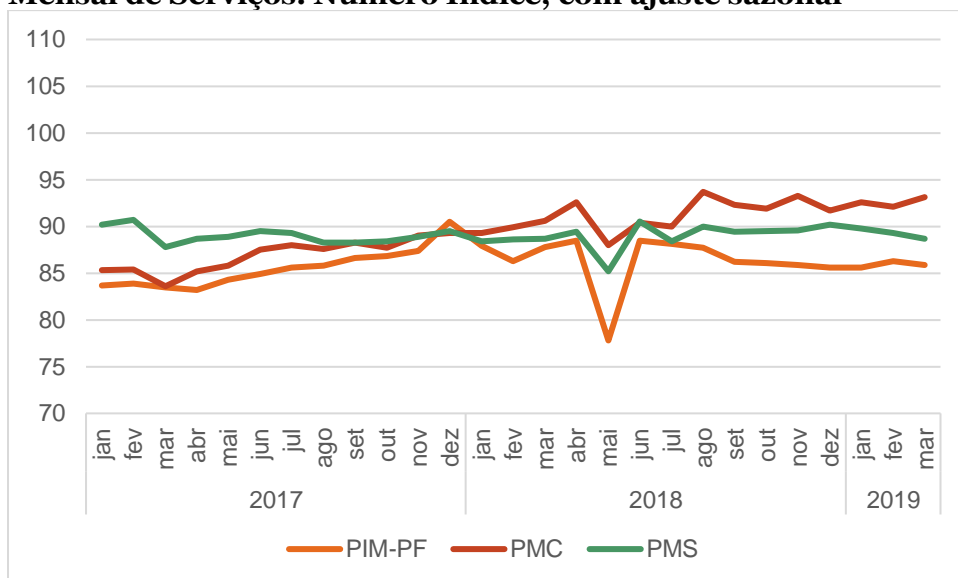
GRÁFICO 3
Variação interanual do Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), acumulada em 12 meses (%)



O país precisa percorrer um longo caminho para voltar aos níveis de atividade econômica dos anos anteriores à crise. A produção industrial é hoje cerca de -18% menor do que em 2011, quando esteve no auge. As vendas do comércio estão em torno de -11% menor do que o pico de 2014 e os serviços encolheram -7,0%. O setor público tem se ausentado do papel de liderar os investimentos¹ e, sem uma política de valorização salarial (em especial do salário mínimo) para aumentar os rendimentos dos trabalhadores e incentivar o consumo, a economia pode ficar estagnada. Vale destacar, por fim, que a Emenda Constitucional 95/2016, que congelou gastos primários por 20 anos, limita muito as possibilidades dos investimentos públicos em setores estratégicos.

GRÁFICO 4

Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) e Pesquisa Mensal de Serviços. Número Índice, com ajuste sazonal



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Obs.: PIM-PF Indústria de transformação 2012=100; PMC Ampliado 2014=100; PMS 2014 = 100

Inflação

Nesse cenário de baixo crescimento econômico, a inflação permanece próxima dos 4,25% (acumulados em 12 meses, meta do Banco Central) desde o início do segundo semestre de 2018 (Gráfico 5).

Destaca-se, porém, o movimento dos preços monitorados, que apresentou forte elevação ao longo de 2017 até a metade de 2018, quando atingiu quase 12% no acumulado de 12 meses. No mesmo período, os preços livres estavam em torno de 1%. Já no movimento mais recente,

¹ Segundo estudo do Instituto Fiscal Independente, o investimento público estimado em 2017 atingiu o menor patamar da série, ou seja, 2,0% do PIB, contra 4,6% estimados para 2010. Disponível em:

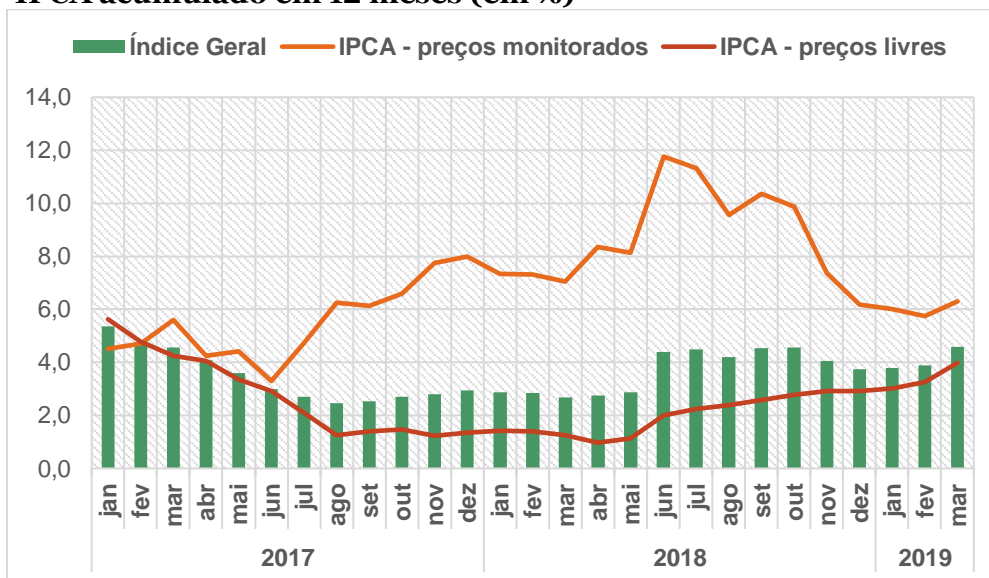
http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535500/RAF11_DEZ2017_pto4.pdf

os monitorados acumularam alta perto de 6%, mas também houve aceleração nos preços livres, que atingiram 4% no acumulado de 12 meses encerrados em março deste ano, principalmente como reflexo da alta dos monitorados no período anterior.

Vale lembrar que possíveis instabilidades no câmbio, decorrentes de um cenário internacional adverso, podem impactar nos índices de preços, especialmente nos setores industriais que precisam de insumos importados.

Nesse sentido, a redução da meta de inflação de 4,50% até 2018 para 4,25%, em 2019 (e depois 4%, em 2020, e 3,75%, em 2021, definida pelo Conselho Monetário Nacional) sinaliza que o Banco Central dará pouco estímulo à economia, pois, nessa perspectiva, poderia acelerar ainda mais os preços.

GRÁFICO 5
IPCA acumulado em 12 meses (em %)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Banco Central do Brasil (BCB)

O mercado de trabalho em compasso de espera

Se a economia segue patinando, sem engatar recuperação, o mercado de trabalho também continua sem rumo definido. A taxa de desocupação diminuiu lentamente desde 2017 e ficou praticamente estável no segundo semestre de 2018, quando excluídos os efeitos sazonais (Gráfico 6).

No entanto, a taxa agregada da desocupação com desalento² permanece estável desde 2017. Enquanto saíram da desocupação 718 mil trabalhadores, outros 762 mil entraram no

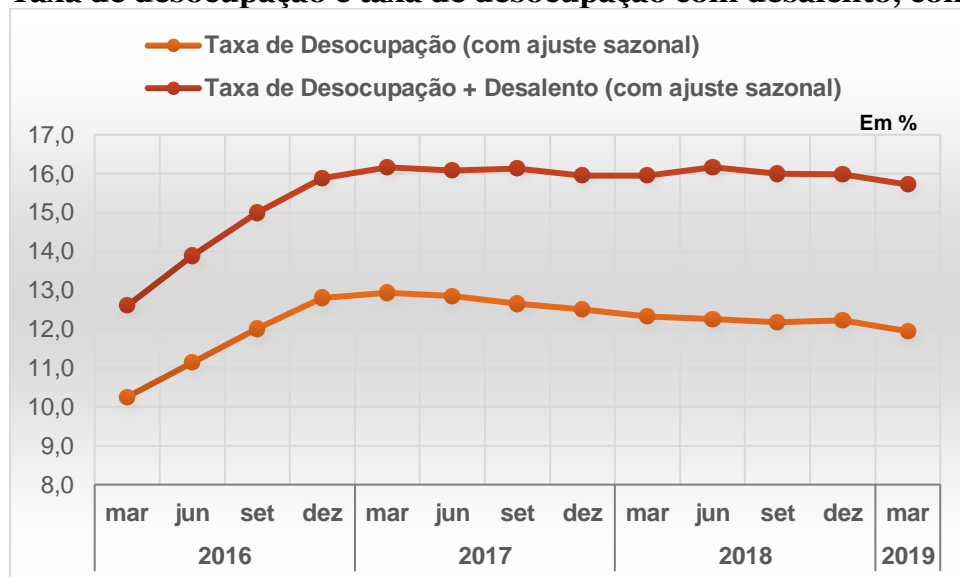
² O desalento define a situação das pessoas que estão fora da força de trabalho, apesar de estarem disponíveis para assumir um trabalho, mas que não tomaram providência para obtê-lo por falta de oportunidade adequada, experiência profissional ou qualificação, não haver trabalho na localidade em que residiam ou que não conseguiram trabalho por serem considerados muito jovens ou idosos.

desalento, entre o início de 2017 e de 2019. Em março de 2019, os desalentados representaram 26,6% das pessoas que não trabalhavam e estavam disponíveis para trabalhar.

Além disso, vale lembrar, o aumento recente da ocupação se deu pelo crescimento da subocupação, da informalidade e de modalidades precárias de trabalho.

GRÁFICO 6

Taxa de desocupação e taxa de desocupação com desalento, com ajuste sazonal (%)



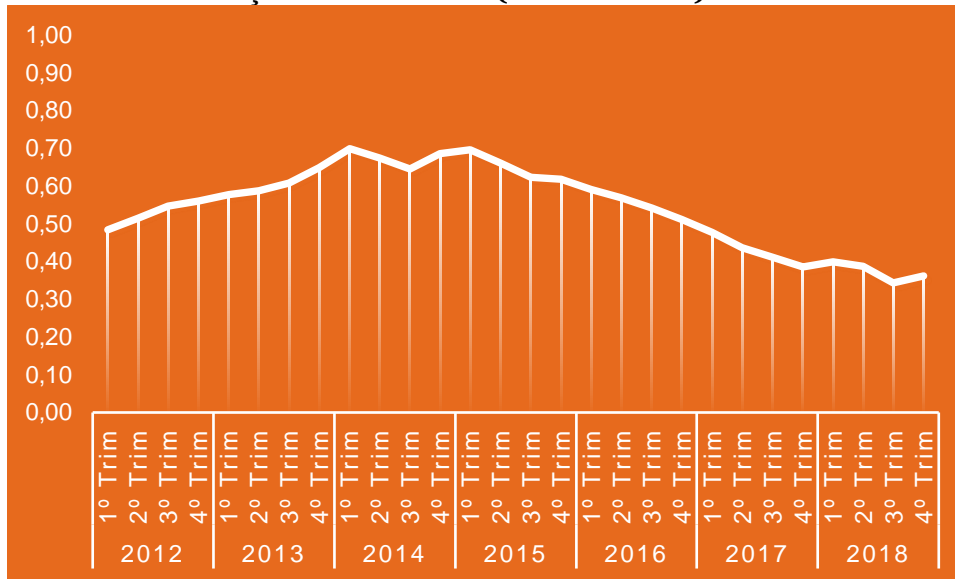
Fonte: elaboração própria a partir de IBGE/PNADc

Essa avaliação de que o mercado de trabalho encontra-se em “estado de espera”, entretanto, em situação mais precária, é reforçada com os dados do ICT-DIEESE (Índice da Condição do Trabalho), que mostram variações próximas à estabilidade nos últimos trimestres.

O ICT-DIEESE sintetiza diversos indicadores do mercado de trabalho nacional. Varia entre 0 e 1. Mais próximo de 1, indica melhores condições de trabalho ou que as condições estão melhorando. Se os resultados tenderem para 0, indica situação pior ou tendência de piora da qualidade das condições do trabalho

Enquanto a taxa agregada da desocupação com desalento ajustada sazonalmente se mantém relativamente estável, a abertura de postos de trabalho precários e o aumento da desigualdade salarial deixam o ICT-DIEESE nos menores patamares da série histórica (Gráfico 7).

GRÁFICO 7 Índice da Condição do Trabalho (ICT-DIEESE)



Fonte: ICT-DIEESE

Considerações finais

Os primeiros cinco meses de 2019 não trouxeram novidades no plano macroeconômico. A atividade econômica se mantém em patamares baixos e o mercado de trabalho também continua estável, com níveis elevados de desocupação e desalento, carregando apenas a tentativa de retomada observada em 2018, por meio da abertura de postos de trabalho precários e com baixos rendimentos.

A crença por parte do governo federal e de setores do mercado financeiro de que a aprovação da Reforma da Previdência trará algum ganho no curto prazo, por meio de aumento da confiança, não se assenta em bases sólidas. Com um mercado de trabalho ainda bastante fragilizado, sem investimento público e com cenário internacional caminhando para redução do crescimento e aumento de conflitos políticos em diversos países, não há vetor para esperar retomada consistente da economia brasileira.



Escritório Nacional
Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
www.dieese.org.br

Presidente: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Vice-presidente: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Antonio Francisco Da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de pesquisas e tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de educação e comunicação: Fausto Augusto Junior

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Equipe Responsável

Altair Garcia

Ângela Cristina Tepassê

César Augusto Andaku

José Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen